



Índice

- 01** [Negros e indígenas terão cota de 35%](#)
- 02** [Abelhas se tornam fonte de renda para indígenas de município alagoano](#)
- 03** [Coiab pede aos governadores da Amazônia diálogo e respeito aos direitos indígenas](#)
- 04** [Rádio Tupinambá leva informação a território indígena](#)
- 05** [Na surdina, governo Dilma dá seguimento à privatização da saúde indígena](#)
- 06** [MPF/RS cobra início de obras em escolas da Terra Indígena Guarita](#)
- 07** [Evangélicos e ruralistas apoiam Eduardo Cunha para Câmara](#)
- 08** [Concursos estaduais terão pontuação diferenciada](#)
- 09** [Parceria entre FAPTO e UFT inicia diagnóstico do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional](#)
- 10** [Tecnologia educacional aproxima crianças de culturas diferentes](#)
- 11** [Governo de MG prorroga prazo de inscrição para concurso público](#)
- 12** [Brasil sofre com ações de preconceito bruto e seco, denuncia Unegro](#)
- 13** [Candidatura de Eduardo Cunha recebe apoio de evangélicos e ruralistas](#)
- 14** [Organizações indígenas, associações e cooperativas de produção participam de primeira reunião com novo Secretário do Índio](#)
- 15** [Ensino Médio para indígenas será prestado via satélite](#)



-
- 16** [Indígenas discutem inserção no setor produtivo de Roraima](#)
 - 17** [Ribeirinho Cidadão é tema de reunião na CGJ](#)
 - 18** [A monstruosidade de Belo Monte e descalabro em Altamira que Dilma não teve coragem de ver. Entrevista especial com D. Erwin Kräutler](#)
 - 19** [Quilombolas do sertão pernambucano ganharão casas novas](#)
 - 20** [Hora de debater o novo plano diretor](#)
 - 21** [Comunidades indígenas recebem investimentos](#)
 - 22** [Política para mulheres sem um centavo](#)
 - 23** [Teste de aulas por satélite nas aldeias começa por Guajará-Mirim](#)
 - 24** [Saiba mais sobre a tribo criadora da Rádio Tupinambá na Bahia](#)
 - 25** [Polícia prende traficante e fecha boca de fumo em bar na aldeia](#)
 - 26** [I Reunião do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola acontece em Brasília](#)
 - 27** [Governo de SP cria cota para negros, pardos e indígenas em concursos públicos](#)
 - 28** [Serranos participam do VIII Festival em Atibaia](#)
 - 29** [Negros, pardos e índios terão pontuação a mais](#)
 - 30** [Evangélicos e ruralistas aderem a Cunha](#)

Negros e indígenas terão cota de 35%

SÍTIO DIÁRIO WEB, 15.01.2015

Marco Antonio dos Santos



O governador Geraldo Alckmin (PSDB) sanciona hoje, em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, lei estadual que cria cota de 35% das vagas para negros e indígenas em concursos públicos estadual, para órgãos da chamada administração direta - que isenta as empresas públicas e autarquias do Estado. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado e deverá ser regulamentada pelo governo Alckmin nos próximos 90 dias.

Para reservar as vagas, o governo estadual instituirá o Sistema de Pontuação Diferenciada", com acréscimos percentuais na pontuação final dos candidatos negros, em casa fase do concurso, inclusive na de avaliação de títulos, quando for o caso. A coordenadora de políticas negra e indígena da Secretaria da Justiça do Estado, Elisa Lucas Rodrigues diz que o percentual da reserva de vagas leva em conta a quantidade de negros no estado de São Paulo, medido pela Contagem Populacional do IBGE, realizado em 2010.

"Segundo esse censo, somos 34,6% da população paulista. E no levantamento feito em 2014, no funcionalismo estadual, constatamos que pretos e pardos são 22% dos servidores concursados", diz a coordenadora. Em 2013, o Governo de São Paulo implantou também cotas para negros nos vestibular da Unesp, pelo mesmo sistema de pontuação escolhido agora. Para o presidente do Conselho Estadual da Comunidade Negra, Marco Antonio Zita, a implantação de cotas no concursos público é uma forma de "reparação histórica", pelos danos causados pela escravidão e discriminação racial.

"Desde 2003, fazíamos esta reivindicação, que finalmente foi aceita pelo governador", comenta Zita. Em junho do ano passado, o Governo Federal estabeleceu cota de 20% das vagas nos concursos públicos federais da União, autarquias, fundações e empresas de economia mista como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras. O mesmo percentual é aplicados em processos seletivos do Senado Federal. No estado de São Paulo, há cotas para negros nos concursos públicos das prefeituras de Bebedouro, Jundiaí, Piracicaba e São Paulo. Nos quatro municípios são reservadas 20% das vagas oferecidas.



Abelhas se tornam fonte de renda para indígenas de município alagoano

SÍTIO PORTAL BRASIL, 15.01.2015

Por meio da Funai, Carlos e as demais famílias apicultoras da aldeia conseguiram a Declaração de Aptidão ao Pronaf

O que antes era medo se tornou algo rentável para Carlos Gomes de Freitas, 53 anos. Há sete anos, ele e alguns companheiros participaram de um curso ministrado, pela Cooperativa de Produtores de Mel de Abelha e Derivados (Coopmel), dentro da aldeia.

Desde então, o agricultor familiar indígena, morador do município de Joaquim Gomes (AL), localizado na região da Zona da Mata do estado, se interessou pelo tema e se tornou um apicultor apaixonado pelo trabalho.

“Há quem diga que meu semblante se abre quando falo das abelhas”, brinca Carlos, que é presidente da Associação Indígena Agroecológica Wassu Cocal, que conta com 32 integrantes. Ele explica que foi por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tudo começou.

Por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos e as demais famílias apicultoras da aldeia conseguiram a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Com o documento em mãos, eles conseguiram acessar o Pronaf Floresta, uma iniciativa pioneira no estado.

“Aqui, nós trabalhamos muito com o meio ambiente, com reflorestamento, conservação de nascentes, até porque nossas amigas abelhas só bebem água limpa. Então, é obrigação dos apicultores protegerem as nascentes”, destaca.

Projeto

O período de colheita do mel vai do início da primavera, em setembro, até abril. Nesses oito meses, eles conseguem tirar cerca de duas toneladas de mel. Os moradores de Joaquim Gomes e municípios vizinhos compram diretamente da comunidade, na aldeia, mas também podem encontrar o mel em feiras e eventos locais. O litro do produto é vendido a R\$ 30, em média.

As abelhas do tipo *Apis mellifera* são as escolhidas para fazer o mel na aldeia. De acordo com Carlos, elas têm ferrão e produzem em maior quantidade. “O sabor do mel depende da florada”, adianta.

Carlos comenta que estão estudando uma forma de produzir o ano inteiro. “Estamos fazendo

CONT.



um trabalho de catalogação das matas e procurando espécies que floresçam fora de época. Dessa forma, poderemos ter mel o ano inteiro, inclusive no período de entressafra”, antecipa. A previsão é que em cinco ou seis anos eles consigam colocar o projeto em prática.

Enquanto isso não ocorre, Carlos espera a sala de extração do mel da associação, que está em construção, ficar pronta. Segundo ele, isso vai melhorar ainda mais a qualidade do produto e de vida dos agricultores.

“A gente vai ter um produto com sanidade, como exige o mercado, e vamos poder abrir uma empresa para vender para outros lugares. A duplicação das vias que passam aqui perto também vai nos ajudar. A previsão para esse ano é boa”, aguarda, otimista.

Pronaf Floresta

O Pronaf Floresta é um financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

Os juros para acessar o crédito são de 1% ao ano, com um valor de até R\$ 35 mil.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Coiab pede aos governadores da Amazônia diálogo e respeito aos direitos indígenas
SÍTIO CIMI, 15.01.2015

Fonte da notícia: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) divulgou uma carta aberta aos governadores dos estados brasileiros que abrangem a Amazônia. Com a proposta estabelecer diálogo “maduro e responsável”, foram elencados nove aspectos para o fortalecimento das aldeias, comunidades e organizações indígenas.

Leia o documento:

CARTA ABERTA AOS GOVERNADORES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Excelentíssimos Senhores (a) Governadores (a) da Amazônia Brasileira

Governador do Estado do Amazonas
Governador do Estado do Acre
Governador do Estado do Amapá
Governador do Estado do Maranhão
Governador do Estado do Mato Grosso
Governador do Estado do Pará
Governador do Estado de Rondônia
Governadora do Estado de Roraima
Governador do Estado de Tocantins

Senhores (a),

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, criada em 1989, é a maior organização indígena do Brasil, tem 75 organizações membros dos nove Estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins); são associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas. Juntas, estas comunidades somam aproximadamente 430 mil pessoas, o que representa cerca de 60% da população indígena do Brasil.

CONT.



Foi fundada para ser o instrumento de luta e de representação dos povos indígenas da Amazônia Legal Brasileira pelos seus direitos básicos (terra, saúde, educação, economia e interculturalidade). Representa cerca de 160 diferentes povos indígenas com características particulares, que ocupam aproximadamente 110 milhões de hectares no território amazônico.

Tem sede em Manaus e uma representação em Brasília (DF) para articulação política e para dar apoio às organizações indígenas. Tem como instância máxima de deliberação sua Assembleia Geral Ordinária, o CONDEF – Conselho Deliberativo e Fiscal e a Coordenação Executiva.

Na oportunidade a COIAB parabeniza a todos os senhores governadores da Amazônia, pelo início de mandato frente à cada um em seus respectivos Estados Amazônicos, desejando êxito nos trabalhos e nas políticas públicas traçadas para os seus Estados. Acreditamos que os direitos fundamentais e a igualdade entre os cidadãos marcarão uma nova época de prosperidade para os brasileiros de suas regiões.

Com respeito dirigimo-nos a todos os governadores da Amazônia, democraticamente eleitos e buscamos um diálogo mais maduro e responsável, através da presente carta. Externar as nossas reivindicações em nossas inquietudes, quanto às políticas públicas de direitos, voltadas aos povos indígenas da Amazônia. Reconhecemos alguns avanços importantes nos últimos anos, de alguns estados pelos governos, na construção do respeito à diversidade e pluralidade. No fortalecimento das aldeias, comunidades e organizações indígenas. Entretanto, há de se atentar que ainda vivenciamos no Brasil um processo de desrespeito aos direitos dos povos indígenas, e isso nos impõe apresentar os desafios e as lutas dos nossos povos, na defesa de suas terras, identidades e culturas.

1. Dentre várias outras, gostaríamos de reivindicar que os governadores da Amazônia possam expressar respeito de acordo o que diz na Constituição Federal, “art. 1º, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – (...) II – a cidadania, III – a dignidade da pessoa humana”. Com esse espírito, esperam dos detentores do Poder Executivo da Amazônia, que assim os povos indígenas possam exercer a sua cidadania e a dignidade humana;

2. Reivindicamos apoio na proteção e desintrusão das terras indígenas em seus respectivos estados. Emerge claramente na Constituição Federal, que a questão da terra representa o aspecto fundamental dos direitos e das prerrogativas constitucionais asseguradas aos povos indígenas. Não há índio sem terra, pois tudo o que ele é, é na terra e com a terra.

3. Que os governadores da Amazônia, por meio de seus órgãos jurídicos, como procuradorias estaduais, orientem e acompanhem os povos indígenas, nas situações de empreendimentos de importância consideradas. Pois, no retrato atual, tiveram os seus direitos violados durante a construção de empreendimentos que afetam ou que permeiam as Terras Indígenas. Reivindicamos o respeito e a observância do Direito dos povos indígenas à Consulta Prévia,

CONT.



Livre e Informada (CLPI) previstos Constituição Federal e o respeito à Convenção 169 da OIT e a normatização das políticas de compensação previstas em casos de empreendimentos já instalados.

4. Estamos profundamente preocupados com a criminalização e prisão de lideranças indígenas que lutam pelos direitos de seus povos e comunidades. Sabendo dessa situação, pedimos aos senhores governadores, por meio de órgãos de poder judiciário e de segurança públicas estaduais, o respeito às nossas lideranças e ainda a agilidade na punição dos mandantes e executores de crimes contra os povos indígenas.

5. Que os governadores da Amazônia, implementem, fortaleçam e mantenham as instituições constituídas nas estruturas das administrações diretas e indiretas dos poderes executivos a partir das conquistas dos povos indígenas, para que possam ser instrumentos de execução e cumprimentos dos direitos e das políticas públicas voltados para povos indígenas dos Estados da Amazônia a Brasileira.

6. Queremos que os governadores da Amazônia possibilitem a garantia ao acesso de todos os indígenas à uma educação de qualidade, continuada e permanente nas suas aldeias, conforme a necessidade de cada povo, com condições apropriadas de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos tecnológicos atualizados, respeitando o projeto político-pedagógico próprio, calendário e currículo diferenciado.

7. Em que pese à dramática situação social em que vivem a maior parte dos povos indígenas na Amazônia, os índices de desnutrição e mortalidade infantil são muito superiores aos da população brasileira. Os povos indígenas ainda são vistos por muitos segmentos da sociedade como primitivos, a serem eliminados ou "civilizados", ou ainda como um grupo de privilegiados que se locupleta às custas do restante do país. Como se não fossem os índios, ao lado dos negros, as principais vítimas do processo "civilizatório" tão excludente, como se nós não fôssemos sido espoliados e violentados, no corpo e na alma ao longo dos séculos e mais séculos de opressão.

8. Solicitamos o apoio e empenho dos governantes para agir junto às bancadas parlamentares dos seus estados, no Congresso Nacional, para a manutenção dos direitos constitucionais dos povos indígenas, ameaçados pelas PECs e PLs que sistematicamente são apresentados nesta Casa.

9. Em suma, queremos a participação e aplicabilidade efetiva dos governadores da Amazônia, como homens públicos e de bem, líderes Políticos de seus estados, para aplicar com eficácia as políticas públicas voltadas aos povos indígenas, com observância e respeito à Constituição Federal e dos Estados. Lembramos que no âmbito da jurisdição internacional, o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre os Povos Indígenas e Tribais, que foi incorporado ao ordenamento jurídico interno através do Decreto nº 5.051/2004, art.14, dispondo que "os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar que a terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Assim sendo, a COIAB, se dispõe a estabelecer com todos os nove governadores da Amazônia um canal de diálogo, de discussão de quaisquer medidas ou política públicas que afetem os povos indígenas. Atendendo aos nossos ideais, senhores governadores da Amazônia, estarão assumindo o compromisso supremo de honrar o povo amazônico e proteger os mais frágeis e governar para todos.

Agradecemos a atenção dispensada e renovamos votos de estima e consideração.

Manaus, 8 de Janeiro de 2015



Rádio Tupinambá leva informação a território indígena

SÍTIO PORTAL EBC, 15.01.2015

Projeto permitirá que o fluxo de comunicação das aldeias Tupinambá do sul da Bahia ganhe uma nova dinâmica com a voz e o jeito dos indígenas

Entre os dias 19 e 25 de janeiro acontecem as oficinas de formação do projeto “Rádio Tupinambá” na Aldeia Tupinambá de Olivença, região Sul da Bahia. Com apoio da Assessoria de Culturas Digitais da Secretaria de Cultura da Bahia, o projeto vai realizar produção de conteúdos informativos, educativos, culturais e de entretenimento que serão transmitidos pelas ondas do rádio no território indígena.

A expectativa na aldeia Tupinambá de Olivença é que, com a instalação da rádio, o fluxo de comunicação entre os indígenas ganhe uma nova dinâmica, facilitada pela tecnologia, mas com a voz e o jeito dos Tupinambás, respeitando e valorizando a cultura, os saberes e as tradições indígenas.

No Amazônia Brasileira desta sexta-feira (16), Jaborandy Tupinambá, explica como funciona o projeto, fala da expectativa da população das várias aldeias da região para o funcionamento desse elemento de comunicação e de transmissão da cultura do povo Tupinambá. A ideia é que com o passar do tempo a rádio, que transmitirá em FM da aldeia Tupinambá de Olivença, possa ser itinerante, visitando as demais aldeias do sul da Bahia colhendo ali informações de interesse geral do povo, além de histórias e memórias de seus habitantes.

Os Tupinambá vivem em um território extremamente valorizado no estado da Bahia, nos remanescentes da mata atlântica, foco de muitas disputas e conflitos. A rádio será, ainda, um elemento que ajudará na preservação da segurança das aldeias, que já sofreram diversos atentados.

O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

Produtor Beth Begonha.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Na surdina, governo Dilma dá seguimento à privatização da saúde indígena SÍTIO CIMI, 15.01.2015

Fonte da notícia: Patrícia Bonilha, da Assessoria de Comunicação do Cimi



Evidenciando mais uma vez que o modus operandi do atual governo vai na mesma direção do profundo desrespeito com que os povos indígenas foram tratados nos últimos quatro anos, ministros antigos e recém empossados pela presidente Dilma Rousseff iniciam seus mandatos atropelando acordos e a posição radicalmente contrária das organizações indígenas à criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi) que, de fato, significa a privatização dessa política pública. De acordo com informações obtidas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), durante o recesso, ou seja, longe dos holofotes ou de qualquer debate com os povos interessados e usuários deste sistema de saúde, o governo preparou todo um planejamento, incluindo cronograma e estratégias, para a concretização da criação do Insi, uma entidade civil de direito privado.

Segundo uma mensagem eletrônica intitulada "Mensagem do Secretário da SESAI Dr. Antônio/Situação Atual do INSI", a que o Cimi teve acesso nesta quinta-feira, 15, o próprio Antônio Alves, secretário Especial de Saúde Indígenas (Sesai) informa que "a proposta foi encaminhada à Casa Civil, assinada pelos Ministros Arthur [Chioro ministro da Saúde] e Miriam Belchior [ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão até dezembro de 2014]. A assessoria jurídica da Casa Civil, que assessora juridicamente a presidenta, fez alguns ajustes de forma e não de conteúdo, e aguardou a posse da Presidenta para dar o encaminhamento final".

CONT.



As estratégias de aprovar o quanto antes a criação do Insi contemplam duas possibilidades de encaminhamento, conforme evidencia a mensagem a qual o Cimi teve acesso. "Elaboramos um plano de trabalho que contempla um cronograma para o cenário de Medida Provisória, mas a PR [Presidência da República] não decidiu ainda se enviara (sic) MP ou projeto de lei em regime de urgência. O ministro Arthur ficou de conversar com a presidenta nesta semana. Como a Miriam saiu, enviaremos à (sic) minuta de novo ao Ministro Nelson Barbosa [recém empossado ministro do Planejamento]".

Caso seja feita a opção pela Medida Provisória, o desdobramento das ações já está claramente definido: "convocaremos imediatamente a comissão que ficou constituída na nossa oficina de planejamento para dar andamento na elaboração dos editais e demais providencias (sic) necessárias para efetivação do INSI", consta na mensagem, endereçada às "Guerreiras e guerreiros presidentes do CONDISI" [Conselhos Distritais de Saúde Indígena]. Este trecho deixa uma dúvida sobre quais são os reais motivos e interesses que justificam tamanha pressa para a efetivação da criação deste instituto, amplamente repudiado pelos povos indígenas, mas que contaria com um orçamento superior a um bilhão, valor que triplicou nos últimos anos.

Em seguida, o autor da mensagem sugere que os implementadores do Insi pretendem descumprir o compromisso assumido com o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) de substituição dos profissionais da saúde indígena que, atualmente, atuam através de convênios e contratos temporários da União (CTU) por servidores públicos efetivos.

"A comissão é para tratar da organização do processo seletivo. E isso somente deve ocorrer com a criação do INSI, pois, quem vai dar os encaminhamentos sobre estatuto, editais, organização dos conselhos de administração e consultivo, nomeação da diretoria executiva, conselho fiscal, etc, é o INSI mas com o apoio da SESAI", afirma o autor.

A decisão de realização do concurso público faz parte do Termo de Conciliação Judicial (TCJ), assinado em 2008, com os ministérios da Saúde e do Planejamento, o MPF e o MPT. Após a proposta de criação do Insi, ainda secreta na época, ter sido denunciada pelo Cimi em agosto de 2014 e de todos os desdobramentos ocorridos desde então, o MPF e o MPT concordaram, em reunião realizada em outubro de 2014, com a realização de um processo seletivo mais simplificado, se comparado a um concurso público, mas a ser feito dentro da estrutura da Sesai e não no novo instituto, o Insi.

Uma mudança que beneficia quem?

Em seguida, ele afirma: "A justiça está de recesso até o dia 14/01. E parece que vai haver mudança no acompanhamento do TCJ. Mas o governo deverá encaminhar um plano que contenha o cronograma dos passos que serão dados". Fica o questionamento sobre qual a importância desta possível mudança no acompanhamento do TCJ. Será que, a partir desta

CONT.



mudança, o judiciário não mais exigirá o cumprimento da realização do concurso/processo seletivo ainda dentro da estrutura da Sesai? Em que termos se dará esta mudança? Quais os motivos e interesses que levam a ela? São muitas as perguntas sem respostas que um processo atropelado como esses suscita.

Já próximo do final da mensagem, o autor apresenta um “exemplo” de cronograma, que seria enviado ao poder judiciário, tal como segue:

“* Encaminhamento de MP- mês 01/15.

* Aprovação da MP: mês 05/15;

* Publicação decreto criando o INSI: mês 06/15;

* Organização da diretoria-executiva, dos Conselhos de Administração e fiscal: mês de 07/15;

* Elaboração/publicação por DSEI dos editais do processo Seletivo: mês 07/15; etc, etc.”

Se o secretário de uma pasta do ministério apresenta um cronograma é porque ele deve ter alguma fundamentação concreta, não é? Ou seja, o processo parece bastante encaminhado.

E para finalizar a mensagem, explicita-se o total descaso com os processos democráticos e, mais uma vez, a completa desconsideração pelas posições dos povos indígenas, afirma-se: “Se for MP, publicaremos em seguida o decreto criando o INSI, pois a Medida Provisória tem força de lei. Aí, não vamos esperar a votação dela, vamos iniciar tudo já como se ela estivesse aprovada. Aí teremos novos prazos e a Comissão será convocada”.

Breve histórico – Desde a denúncia feita em agosto pelo Cimi de que o governo articulava secretamente a privatização da saúde indígena através da criação do Insi, muitas organizações e lideranças indígenas manifestaram total repúdio a esta iniciativa do governo. Dentre elas estão: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Denúncias, oriundas especialmente de representantes de Distritos Sanitários Especiais (DSEI) contrários ao Insi, afirmam que as “consultas” aos povos foram conduzidas de forma autoritária e antidemocrática, e recheadas de ameaças de demissão. Muitos processos de cooptação, manipulação e outros tipos de ameaças contra os indígenas críticos ao Insi também foram reportados por indígenas de todo o Brasil.

Uma das causas de indignação do movimento indígena é que a proposta de criar o Insi e “reformular a política de atenção à saúde indígena” foi feita apenas quatro anos depois da criação da Sesai, fruto de uma grande mobilização do movimento indígena em todo o país, visando o reconhecimento da saúde indígena como uma política pública ligada diretamente ao gabinete do ministro da Saúde, em substituição à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que promovia a terceirização e a privatização da saúde indígena.



MPF/RS cobra início de obras em escolas da Terra Indígena Guarita

SÍTIO CIMI, 15.01.2015

Falta de estrutura adequadas e dignas se arrasta há cerca de cinco anos

MPF/RS

O Ministério Público Federal (MPF) em Santa Rosa (RS) entrou com ação civil pública (ACP), com pedido de liminar, cobrando que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cumpra o compromisso assumido em 2010 de construção de salas de aula, cozinhas e sanitários em duas escolas estaduais localizadas na Terra Indígena Guarita – a maior do Estado. A ação também pede que a conclusão das benfeitorias ocorra no prazo máximo de um ano, sob pena de multa diária. O objetivo da ação é oferecer condições minimamente dignas para a prestação dos serviços educacionais ao povo indígena.

Em relação à Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jete Tenh Ribeiro, com sede no setor KM 10, em Tenente Portela, o Estado do Rio Grande comprometeu-se a construir seis salas de aula, espaço administrativo, refeitório, cozinha, sanitário, biblioteca, sala de informática e pátio coberto. Já para a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Coronel Geraldino Mineiro, com sede na localidade de Mato Queimado, em Redentora, a previsão era de quatro salas de aula, espaço administrativo, refeitório, cozinha, sanitário, biblioteca, sala de informática e pátio coberto.

Um relatório da Funai, de 2007, já apontava que a situação local era considerada “crítica, preocupante, merecendo atenção e solução urgente”. A procuradora da República Letícia Carapeto Benrdt também demonstra, dentro da ação, que a execução das obras já estava prevista desde 2010 em dois processos administrativos, os quais estão parados há vários anos em órgão do Governo do Estado do RS – contrariando o princípio da razoável duração do processo –, não obstante os inúmeros ofícios expedidos pelo MPF visando solucionar essa questão. “O tempo necessário e razoável para a conclusão de todos os trâmites administrativos indispensáveis para o início das obras já se esgotou há muito tempo”, reforça a procuradora da República.

Para Letícia, o descaso do governo é injustificável. “Caracteriza-se como uma grave violação ao direito fundamental da comunidade indígena da Terra Indígena Guarita de ter uma prestação adequada dos serviços de educação. Os recursos disponíveis para a concretização das obras já poderiam ter sido liberados. E o objetivo da presente ação não é pleitear a interferência do Poder Judiciário na implementação das políticas públicas do Estado, mas sim que o Poder Judiciário determine ao réu o cumprimento da política de educação por ele mesmo definida há quase cinco anos”, acrescenta ela.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

A ACP prevê ainda o pagamento, a título de dano moral coletivo, de R\$ 2 milhões a ser aplicado exclusivamente na melhoria da educação da comunidade indígena da Terra Indígena Guarita.

Número da ACP na 1ª Vara Federal de Palmeiras das Missões: 5000042-46.2015.404.7127

Evangélicos e ruralistas apoiam Eduardo Cunha para Câmara

SÍTIO EXAME.COM, 15.01.2015



Eduardo Cunha: para os dois grupos, Cunha se comprometeu a acolher suas demandas

Brasília - Duas das mais polêmicas e combativas bancadas da Câmara dos Deputados aderiram à candidatura de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) à presidência da Casa.

Com cerca de 90 deputados na próxima legislatura, evangélicos estão em plena campanha pelo peemedebista. Já os ruralistas divulgaram uma nota de apoio a ele.

Para os dois grupos, Cunha se comprometeu a acolher suas demandas, como a rejeição a qualquer tentativa de liberalização do aborto e de criminalizar a homofobia; e a possibilidade de que o Congresso tenha poder de demarcar terras indígenas.

Os evangélicos são os mais entusiasmados por Cunha. Pastores têm viajado com ele para angariar votos da bancada evangélica.

"Cunha representa a possibilidade de termos uma Câmara independente onde serão colocados na pauta assuntos de interesse do Brasil e não somente do governo e do partido do governo", disse o Pastor Everaldo, presidente nacional do PSC e candidato derrotado a presidente da República.

Ele é amigo de Cunha e um dos que tem viajado com ele nesta campanha. Segundo integrantes da bancada evangélica, a tendência é de que até 90% da bancada vote no candidato do PMDB.

Os demais são deputados ligados a PT, PSB ou ao deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), ex-aliado e hoje desafeto de Cunha.

Evangélico, Cunha é simpático à pauta do seguimento, que inclui temas como oposição ao aborto e à criminalização da homofobia, além da aprovação dos estatutos da família e do nascituro, que assegura o direito à vida ao bebê em gestação.

O peemedebista disse ter prometido à bancada "deixar que aconteça tudo o que tem que acontecer" para que a pauta do seguimento seja apreciada.

CONT.



"A bancada evangélica naturalmente tem muito mais afinidade comigo pelo fato de eu fazer parte dela, de eu defender a vida e a família. Sabem que sou contra o aborto. Defesa da vida e da família, essa é a minha posição", disse Cunha, que em 2010 apresentou projeto de lei que criminaliza a discriminação contra homossexuais.

Nesta semana, quem entrou em campo pedindo votos para Cunha foi o pastor Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

Ele disse que resolveu se manifestar após o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), defensor das causas LGBT na Câmara, dizer em entrevista publicada pelo jornal carioca "O Dia" no último domingo, dia 11, que "não tem santo que me faça votar em Eduardo Cunha".

"Como eu tenho posições radicais contra o que ele (Wyllys) tem de ideologia, onde ele se manifesta ideologicamente com força, eu me manifesto ao contrário", disse Malafaia.

"Se algum deputado evangélico (estava) em dúvida, caiu no colo do Cunha", afirmou o pastor. Malafaia calcula que elegeu cerca de 20 deputados, mas acredita que sua influência na bancada vai além.

Além de conversar com seus deputados, Malafaia designou o deputado recém-eleito Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) para acompanhar Cunha e fazer a ponte entre o candidato e aqueles que integrarão a bancada evangélica a partir de fevereiro.

Pastor da Assembleia de Deus, Cavalcante também foi diretor de eventos da Associação Vitória em Cristo, de Malafaia.

Ruralistas

Já os ruralistas divulgaram uma nota em que recomendam o voto em Cunha.

"Dirigimo-nos a todos os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para fazer o seguinte pedido: votar no combativo líder deputado Eduardo Cunha, nosso candidato à Presidência da Câmara Federal", diz a nota da FPA, que conta com 166 deputados.

Na sequência, o documento diz: "Estamos confiantes de que, eleito, Eduardo Cunha reconhecerá o nosso peso e abraçará as nossas causas. Por isso mesmo é que estamos recomendando nele votar".

Cunha também se comprometeu a apreciar as pautas dos ruralistas caso seja eleito. Ele disse, por exemplo, que recriará a comissão que discute as regras de demarcação de terras indígenas.

"As pautas deles serão apreciadas", disse.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Concursos estaduais terão pontuação diferenciada

SÍTIO DIÁRIO DE SÃO PAULO, 15.01.2015

Negros, pardos e indígenas terão pontuação diferenciada no executivo, legislativo e judiciário

Por: Diário SP Online

O sistema de pontuação diferenciada para negros, pardos e indígenas em concursos do governo do Estado no executivo, legislativo e judiciário foi sancionado nesta quinta-feira (15) pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

A regulamentação deve ser feita em 90 dias pela Secretaria da justiça. Assim, o novo sistema já valerá para os próximos processos seletivos.

O governador, por defender a meritocracia, criou o programa que estabelece um percentual diferente ao invés de criar cotas para os concursos. Diferente da administração municipal, que adota cotas para negros desde que o projeto de lei foi sancionado por Fernando Haddad (PT) em dezembro de 2013.

A regra deverá ser semelhante à aplicada nos processos seletivos das Etecs e Fatec. Os candidatos terão acréscimos percentuais na pontuação final de cada fase do processo seletivo.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Parceria entre FAPTO e UFT inicia diagnóstico do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SÍTIO SURGIU.COM, 15.01.2015



A parceria firmada entre a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) iniciou este mês a coleta de dados que irá compor o diagnóstico da situação alimentar, nutricional em 20 municípios do Tocantins. A ação faz parte de um projeto de âmbito nacional que também desenvolve ações em outros Estados das regiões norte, nordeste e sudeste do país.

O objetivo é contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos Estados e municípios. Além do diagnóstico, que servirá para o monitoramento da segurança alimentar e nutricional, também será oferecida assessoria aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional existentes, bem como a contribuição para a implementação dos que ainda não estão estruturados, e às Câmaras ou Instâncias Governamentais de Gestão Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs).

Para que estas instâncias tenham condições de executar as políticas públicas deste setor estão previstas ações de capacitação para conselheiros, gestores e profissionais de saúde, de educação, da assistência social, realização de oficinas e ações em comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. O material também servirá de base para a produção científica na área.

A coordenadora do projeto, professora Eloise Schott, explica que os dados serão usados na construção dos planos de segurança alimentar e nutricional. "Esta proposta é uma importante ferramenta no processo de implementação e fortalecimento da gestão do SISAN no Tocantins. A partir dela poderemos realizar ações de elaboração e monitoramento dos planos de segurança alimentar locais, e efetivar a política nacional de segurança alimentar e nutricional na região".

Participam do projeto municípios do Bico do Papagaio, Jalapão e região central. Para a execução das ações, serão disponibilizados R\$ 140.718,19 gerenciados pela FAPTO. "Em decorrência da gravidade da fome, exclusão social, desnutrição e insegurança alimentar vemos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

a necessidade de avançar para medidas de promoção do direito humano a alimentação adequada na região Norte”, explica o diretor executivo da Fundação, Léo Araújo.

SISAN

A partir da publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) sancionada em 2006, o SISAN tornou-se um dos meios para a realização desse direito e garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

FAPTO, UFT

Foto: Divulgação

Fonte: Geórgia Milhomem

Postador: Samuel Charles



Tecnologia educacional aproxima crianças de culturas diferentes

SÍTIO PORTAL BRASIL, 16.01.2015

Projeto intercultural estabelece relações entre modos de alunos de uma rede particular e peculiaridades de escola indígena no Pará

A partir da exploração de temas como moradia, alimentação, transporte e brincadeiras, uma professora de Valinhos, no interior paulista, desenvolveu projeto para comparar o modo de vida dos alunos de uma escola da rede particular de ensino com os de uma escola indígena do Pará.



Proposta metodológica se baseou na tecnologia como facilitadora do diálogo intercultural
Divulgação/Portal do Professor

“Queríamos promover uma leitura intercultural”, diz Josane Batalha Sobreira da Silva, professora polivalente no Colégio Visconde de Porto Seguro.

Seu projeto, Aproximando Culturas por Meio da Tecnologia, confrontou semelhanças e diferenças entre estudantes do quarto ano do ensino fundamental do colégio paulista e da Escola Professor Antônio de Sousa Pedroso (Escola Borari), em uma comunidade indígena da vila Alter do Chão, distrito paraense, a cerca de 30 quilômetros de Santarém.

Reflexão

Alunos de seis turmas formularam perguntas relacionadas à escola, moradia, alimentação, meios de transporte, brincadeiras e festas típicas. “Ficamos três semanas trocando perguntas e respostas”, diz Josane.

As perguntas, elaboradas em sala de aula, eram postadas no portal educacional Faceduc, durante as atividades realizadas no laboratório de informática.

Além de postar e responder perguntas enviadas pelos alunos da comunidade indígena, os estudantes paulistas tinham de refletir e escrever sobre o que acharam de mais interessante nos comentários postados a cada semana.

Ferramenta tecnológica

Além disso, os professores postaram vídeos e fotos de diferentes locais para permitir a comparação de pontos geográficos, modos de vida e cultura.

CONT.



Foi possível, assim, analisar a situação dos alunos de uma comunidade indígena nos dias atuais e perceber aquela comunidade como “um outro diferente, mas não inferior”, enfatiza a professora.

Os estudantes pesquisaram sobre a vila Alter do Chão para conhecer um pouco mais sobre o lugar, localizaram a comunidade indígena no mapa, conheceram o cotidiano das crianças e compararam a forma de vida dos indígenas de antigamente com a de hoje.

“Os alunos puderam perceber o cuidado que as crianças indígenas têm com a natureza, tirando dela apenas o que necessitam para seu sustento”, ressalta a professora.

“Também puderam perceber que não têm uma alimentação saudável, pois consomem comidas industrializadas, enquanto as crianças da floresta têm alimentos naturais.”

Os estudantes paulistas também aprenderam sobre o nheengatu, língua da família linguística do tupi-guarani, falada pela comunidade de Alter do Chão.

Livro

As reflexões sobre o que cada um aprendeu a respeito dos temas trabalhados foram registradas em um livro, criado no Faceduc. “Ao ler os relatos, percebemos que essa troca pode estabelecer correlações entre o conteúdo estudado em história e geografia e a realidade”, analisa a professora.

O trabalho foi finalizado com uma videoconferência. Por meio do Skype, os alunos puderam se conhecer em tempo real, conversar e finalizar o trabalho. “Foi um momento mais que especial”, diz Josane.

Prêmio

A inclusão do projeto entre os finalistas da sétima edição do Prêmio Vivaleitura, na categoria 2, voltada para escolas públicas e particulares, deixou Josane emocionada.

“Sempre acreditei na tecnologia como algo que oferece ao aluno um espaço de interação e conhecimento, que possibilita uma diversidade de caminhos para a melhoria do ensino-aprendizagem”, ressalta. Ela pretende dar continuidade ao projeto este ano, com mudanças e ampliação.

Professora há 18 anos, Josane é graduada em pedagogia e em psicopedagogia, com pós-graduação em relações interpessoais na escola e a construção da autonomia moral. Tem ainda especialização em ética, valores e saúde na escola.

Fonte: Portal do Professor.



Governo de MG prorroga prazo de inscrição para concurso público

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 16.01.2015

Inscrição pode ser feita até o dia 1º de fevereiro de 2015.

Cargos são de nível médio/técnico e superior na educação indígena.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais prorrogou, até o dia 1º de fevereiro, o prazo das inscrições do concurso público para 443 vagas em cargos de nível médio/técnico e superior. Os profissionais deverão atuar em escolas estaduais indígenas ou em turmas indígenas vinculadas às escolas estaduais. Os salários vão de R\$ 1.005,46 a R\$ 1.445,30.

No site da organizadora, é possível ver o edital.

Os cargos de nível superior são para especialista em educação básica – supervisão pedagógica; professor de educação básica – anos iniciais do ensino fundamental; professor de educação básica – língua portuguesa e artes; professor de educação básica – ciências/biologia, química e física; professor de educação básica – geografia, história, filosofia e sociologia; professor de educação básica – matemática.

As vagas para nível médio/técnico são para assistente técnico de educação básica – auxiliar de secretaria.

Para participar do processo seletivo, o candidato deve ser indígena e pertencer à etnia da aldeia onde deverá exercer as suas atividades.

As inscrições podem ser feitas pelo site www.ibfc.org.br. A taxa varia de R\$ 30 a R\$ 45.

As provas objetivas estão previstas para os dias 14 e 15 de março. Haverá ainda avaliação de títulos.

O concurso terá 2 anos de validade e poderá ser prorrogado pelo mesmo período.



Brasil sofre com ações de preconceito bruto e seco, denuncia Unegro

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 16.01.2015

"A onda alimentada ao longo de 2014 contra o povo negro e nordestino reflete o tamanho do inimigo que precisamos enfrentar", declarou em entrevista à Rádio Vermelho, Edson França, presidente da Unegro, ao comentar os desafios que o movimento de combate ao racismo enfrentará em 2015.

Da Rádio Vermelho, com informações das agências

Ele reconhece que, de um modo geral, o povo brasileiro é um povo generoso. Mas, muitas vezes essa generosidade é sufocada pelo preconceito. "Mas, a realidade preocupa. Assistimos a direita destilar seu ódio. E nunca é pouco repetir: o conservadorismo que ganhou força nos últimos tempos é parte do racismo", revelou Edson França, que também é membro do Comitê Central do PCdoB.

Na oportunidade ele reconheceu o avanço da luta em combate ao racismo em todo o Brasil. "Seja na esfera institucional, seja na figura de nossa presidenta Dilma, essa luta foi travada. Mas, há ainda um longo caminho".

Genocídio da juventude negra

Outro ponto colocado pelo presidente da Unegro é sobre o genocídio da juventude negra no Brasil. O que, segundo ele, revela dados alarmantes.

"Ainda não avançamos no combate a esse mal. Há uma grande violência civil e do Estado. A presidenta Dilma criou o programa Juventude Viva para barrar o genocídio. Porém, se não houve punição aos crimes cometidos contra a juventude negra e pobre, esses números nunca serão revertidos", alertou ele.

Seppir

No dia 02 de janeiro, tomou posse como ministra de Estado da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, a pedagoga Nilma Lino Gomes. Durante coletiva à imprensa, a ministra falou sobre os desafios que o Brasil ainda precisa enfrentar contra o racismo e destacou que as políticas afirmativas, por exemplo, devem ser enxergadas como ações de inclusão e tenham por objetivo corrigir desigualdades históricas no Brasil.

Segundo ela, tais políticas "são importantes para que possam colocar a população negra num

CONT.



lugar de visibilidade social, de visibilidade política". A ministra também falou sobre as suas metas à frente da Seppir, que completa 11 anos de funcionamento.

"O eixo das ações afirmativas, da questão quilombola e dos povos de comunidades tradicionais, da nossa juventude – com enfoque na juventude negra – e também na internacionalização e aí pensando na internacionalização articulando América Latina e região e também África, com foco também nos países africanos de língua portuguesa, pelo nosso diálogo, que nos aproxima pela questão da própria língua", disse ela.

Nilma Lino Gomes ainda ressaltou que "a política de promoção da igualdade racial não é algo exclusivo da Seppir, a política de promoção da igualdade racial é de todos nós. A superação do racismo, a construção de oportunidades iguais, essa é uma política e uma ação cidadã que envolve toda a sociedade brasileira".



Candidatura de Eduardo Cunha recebe apoio de evangélicos e ruralistas

SÍTIO CEARÁ AGORA, 16.01.2015

As bancadas dos evangélicos e a dos ruralistas possuem destaque na Câmara dos Deputados e ambas aderiram à candidatura de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) à presidência da Casa. Os evangélicos são os mais entusiasmados por Cunha. Pastores têm viajado ao lado de Eduardo para angariar votos da bancada evangélica. O Pastor Everaldo, presidente nacional do PSC e candidato derrotado a presidente da República, declarou que "Cunha representa a possibilidade de termos uma Câmara independente onde serão colocados na pauta assuntos de interesse do Brasil e não somente do governo e do partido do governo". Evangélico, Cunha é simpático às pautas do seguimento, que incluem temas como oposição ao aborto e à criminalização da homofobia, além da aprovação dos estatutos da família e do nascituro, que assegura o direito à vida ao bebê em gestação.

Serão aproximadamente 90 deputados na próxima legislatura, evangélicos se engajam cada vez mais na campanha do peemedebista. Já os ruralistas divulgaram uma nota de apoio a ele. Para os dois grupos, Cunha se comprometeu a acolher suas demandas, como a rejeição a qualquer tentativa de liberalização do aborto e de criminalizar a homofobia; e a possibilidade de que o Congresso tenha poder de demarcar terras indígenas.

"Dirigimo-nos a todos os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para fazer o seguinte pedido: votar no combativo líder deputado Eduardo Cunha, nosso candidato à Presidência da Câmara Federal", diz a nota da bancada ruralista (FPA), que conta com 166 deputados. Na sequência, o documento diz: "Estamos confiantes de que, eleito, Eduardo Cunha reconhecerá o nosso peso e abraçará as nossas causas. Por isso mesmo é que estamos recomendando nele votar".

Cunha também se comprometeu a apreciar as pautas dos ruralistas caso seja eleito. Prometeu que recriará a comissão que discute as regras de demarcação de terras indígenas. "As pautas deles serão apreciadas", disse.



Organizações indígenas, associações e cooperativas de produção participam de primeira reunião com novo Secretário do Índio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2015

Iniciar a gestão com a participação das comunidades indígenas, essa é a perspectiva do novo secretário indígena, Ozélio Isidório Messias, empossado no dia 2 de janeiro, como secretário da Secretaria de Estado do Índio (SEI/RR).

Mayra Wapichana, CIR

Ozélio Isidório Messias, mais conhecido como Ozélio Macuxi, oriundo da comunidade indígena Barro, região do Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, município de Pacaraima, ao lado de Leoma Ferreira, secretária adjunta, da etnia Macuxi, da comunidade indígena Vista Alegre, da Terra Indígena São Marcos, município de Boa Vista, ambos são a perspectiva de uma gestão diferenciada, participativa e transparente que a Secretaria busca apresentar as comunidades indígenas. Considerando que, há décadas o histórico da relação entre governo e povos indígenas de Roraima, sempre foi uma questão de conflito e nunca de parceria.

Porém, com o cenário de conquista de espaço e participação política, os povos indígenas, por meio das organizações indígenas e outras representatividades também assumem o compromisso junto à equipe empossada, de cumprir com as atribuições da Secretaria, tornando-a um espaço de fato e de direito, dos povos indígenas de Roraima.

Nesse sentido, iniciando as primeiras atividades, o secretário indígena realizou na manhã de ontem, 15, na sede da Secretaria, localizada no Centro de Artesanato Ko`go Damina, em Boa Vista, uma reunião com a participação das organizações indígenas, associações e cooperativas indígenas de produção, para ouvir as demandas oriundas das comunidades indígenas e juntos construir o Plano Plurianual (PPA) de 2015, que deverá ser encaminhado em março desse ano.

Participaram dessa reunião, mais de doze organizações e associações indígenas, entre as quais, as mais atuantes no Estado, Conselho Indígena de Roraima (CIR), Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR), Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR), Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai (APIW), além das cooperativas de produção e as organizações indígenas que atuam nas questões indígenas de Boa Vista.

O coordenador do Conselho Indígena de Roraima, Mário Nicacio, reforçou a atuação política, social e cultural da organização indígena em defesa dos direitos indígenas, além de reforçar também o apoio e parceria com as instituições que tem competência para tratar as questões,

CONT.



inclusive, com a Secretaria do Índio. Durante a apresentação, o coordenador entregou exemplares da publicação "Amazad Pana`adinh- Percepções das Comunidades Indígenas sobre Mudanças Climáticas", trabalho realizado com três terras indígena, Manoá-Pium, Malacacheta e Jacamim, onde apresentam demandas que precisam ser implementadas.

Ozelio Macuxi complementou dizendo que o caminho inicial é ouvir, conhecer mais, a realidade e as necessidades das comunidades indígenas, para depois, de forma coletiva, elaborar os projetos que possam atender em tempo hábil as ações concretas, além disso dar visibilidade ao trabalho que deverá ser feito ao longo do período de permanência na Secretaria.

Entre as demandas de prioridade de atuação, o Secretário destacou a área de produção agrícola e de artesanato das comunidades indígenas, buscando fortalecer e prestar apoio, no sentido de tornar acessível o escoamento, no caso da produção, e do artesanato, a valorização e a comercialização do produto indígena. Embora tenham inúmeras dificuldades, a meta é dar retorno as comunidades indígenas, disse o Secretário indígena.

Foto: Reunião entre as lideranças indígenas e a Secretaria de Estado do Índio (SEI/RR).



Ensino Médio para indígenas será prestado via satélite

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 16.01.2015

Em reunião na última quinta-feira (15), representantes indígenas e assessores do governo estadual firmaram parceria em busca de solucionar os problemas da educação indígena.

Lideranças também apresentaram reivindicações para atendimento a curto, médio e longo prazos. Em resposta à solicitação do funcionamento do ensino de nível médio nas aldeias, a gerente de Educação da Seduc, Angélica Ayres, informou que há escassez de professores habilitados para atuar em escolas indígenas. No entanto, afirmou que existe projeto da Seduc, aprovado no Conselho Estadual de Educação, para que as aulas sejam ministradas via satélite.

De imediato, segundo ela, a Seduc vai adotar um conteúdo premiado em nível internacional, o chamado Ensino Médio com Mediação Tecnológica, que foi testado com sucesso em outros estados brasileiros.

As aldeias receberão modernas antenas e demais equipamentos tecnológicos necessários. Terão ainda monitores especializados para fazer o acompanhamento do que for ensinado na transmissão. Conforme Angélica, o teste deste sistema será feito nos próximos dias em aldeias de Guajará-Mirim.

O secretário adjunto da Casa Civil, Vitorino Cherque, disse que o governador Confúcio Moura fortalecerá políticas voltadas aos povos indígenas. Por isso, segundo ele, o encontro desta quinta-feira é importante para colher as reais necessidades das aldeias.

O vice-governador, Daniel Pereira, listou as principais reivindicações dos líderes indígenas, frisando que todas as questões serão analisadas para criar uma agenda regular de atendimento dos pleitos.

Entre as principais solicitações estão melhorias de estradas, apoio para construção de moradias, parceria para desenvolvimento das atividades agrícolas sustentáveis, piscicultura, realização de congresso, fortalecimento da cultura indígena e participação de técnicos do governo na elaboração de projetos. O governo também garantiu que enviará técnicos para o encontro sobre proteção de terras indígenas, que ocorre de 20 a 23 deste mês, em Cacoal.

Fonte: Portal P1.

Indígenas discutem inserção no setor produtivo de Roraima

SÍTIO BV NEWS, 16.01.2015

Técnicos da SEI começam a elaborar plano para a produção agrícola em terras indígenas do Estado



Representantes de organizações indígenas, durante reunião na SEI, criticaram a falta de compromisso

Representantes de organizações indígenas se reuniram com o secretário do Índio, Ozélio Messias, e falaram dos principais problemas que as comunidades vêm enfrentando ao longo dos últimos anos. A inserção do índio no setor produtivo foi o assunto mais discutido.

Participaram da reunião, 12 representantes de organizações, associações e cooperativas indígenas de Roraima. Todos criticaram os últimos governos e reclamaram do abandono e da falta de políticas públicas, o que teria provocado, segundo eles, a migração de centenas de índios, que trocaram suas comunidades pela Capital, em busca de uma vida melhor, o que muitas vezes não ocorre.

“O índio abandona suas terras porque não há Educação e Saúde. Eles passam então a morar na cidade sem a menor condição de sobrevivência. E isso é prejudicial à nossa cultura. Precisamos de apoio para produzir e morar em nossas terras”, reivindicou uma das representantes indígenas.

CONT.



O secretário escutou todas as reclamações e disse que vai colocar tudo no papel para poder adotar as medidas cabíveis. Messias acredita que até março deste ano monte o Plano Plurianual (PPA) com as políticas públicas que atenderão as demandas dos povos indígenas nos próximos quatro anos.

“Escutamos os anseios dos parentes e agora verificaremos todas as situações. Tudo será posto no papel. Depois montaremos o plano com as políticas públicas necessárias para suprir as demandas. Acredito que o PPA sairá até março”, disse o secretário.

A inserção do índio no setor produtivo talvez seja a saída mais viável para o problema. Mas para que isso ocorra é preciso que o poder público adote as medidas necessárias para o setor. O novo governo, segundo Messias, já trabalha em vários projetos voltados para a produção agrícola e pecuária nas áreas indígenas.

“Há quatro anos que os índios de Roraima vêm sofrendo pela ausência do poder público. Assumimos a pasta agora e verificamos que não há um projeto, sequer, em andamento, o que demonstra a total falta de compromisso dos últimos governos. É preciso alavancar o setor produtivo em terras indígenas, a partir de políticas públicas”, observou.

Roraima tem 50 mil índios, o que representa 12% da população, e as terras indígenas ocupam 46% da área do Estado. “Imagina se todos esses parentes começarem a produzir. Temos força de trabalho e terras, mas faltam políticas públicas para alavancar a produção”, lamentou.

O secretário avisou que a gestão dele será pautada pela parceria. Ainda este ano, os índios produtores receberão cursos de capacitação agropecuária e insumos para começarem a produção de frutas e grãos. A pecuária também é outro setor bem explorado, principalmente, pelos índios que vivem ao Norte do estado.

Técnicos da SEI já trabalham na implantação do projeto Gado Novo. A proposta é aumentar o rebanho nas comunidades indígenas até o final do ano. Os índios roraimenses têm hoje 65 mil cabeças de boi, e para aumentar a quantidade, Messias adiantou que serão introduzidas novas matrizes no rebanho.



Ribeirinho Cidadão é tema de reunião na CGJ

SÍTIO JORNAL ADVOGADO, 16.01.2015

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça José Antônio Bezerra Filho se reuniu na tarde desta quinta-feira (15 de janeiro) com os defensores públicos Air Praeiro e Munir Arfox com o objetivo de discutir o planejamento do projeto Ribeirinho Cidadão. "É uma imensa satisfação organizar esse projeto que leva respeito, dignidade e cidadania aos moradores. Com as bênçãos de Deus e com o apoio dos nossos parceiros, vamos fazer esse evento da melhor forma possível", afirmou o magistrado.

O programa, que está em sua oitava edição, promove diversos atendimentos no âmbito jurídico e também na área de saúde aos moradores de Santo Antônio do Leverger, Poconé e Barão de Melgaço. Serão oferecidos serviços como expedição de documentos (RG, CPF, certidão de nascimento e de casamento, carteira de trabalho, título de eleitor), informações sobre previdência, além de serviços na área de saúde, com a presença de oftalmologistas, odontólogos, clínicos gerais, enfermeiros, entre outros.

O coordenador da iniciativa, defensor público Air Praeiro, destaca a importância da inclusão social das comunidades de difícil acesso. "Promover essa ação é sem dúvidas algo muito gratificante. Ver as pessoas felizes e agradecidas ao serem atendidas é algo que não tem preço", pontua.

O VIII Ribeirinho Cidadão terá duração de 15 dias e será dividido em duas etapas: a etapa fluvial ocorrerá de 19 a 28 de fevereiro; já a etapa terrestre acontecerá de 2 a 6 de março. O projeto tem como parceiros o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual, Banco do Brasil, Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Segurança e Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço.

Assessoria de Comunicação CGJ-MT.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

A monstruosidade de Belo Monte e descalabro em Altamira que Dilma não teve coragem de ver. Entrevista especial com D. Erwin Kräutler
SÍTIO CIMI, 16.01.2015

Fonte da notícia: Por Patricia Fachin e João Vitor Santos (IHU On-Line). Foto: IHU

"Dilma impôs no ano de 2013 a paralisação dos procedimentos demarcatórios de terras indígenas", diz o religioso. E pergunta: "Por que os teólogos não aproveitaram a audiência com Dilma para unir-se aos povos indígenas no grito uníssono de "Demarcação já!"?"

A chegada de um novo ano quase sempre traz votos de renovação e esperança. Porém, 2015 não começa com esse espírito para quem vive nas cercanias das obras de construção da Usina de Belo Monte, em Altamira, no Pará. Em entrevista concedida por e-mail para IHU On-Line, o bispo do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, dom Erwin Kräutler, denuncia o que já havia previsto: "a grande euforia que cinco anos atrás tomou conta da cidade de Altamira, a ponto de muitos carros e motos exibirem adesivos "queremos Belo Monte", cedeu lugar a um surdo desânimo. Até agora, nada do que comerciantes, empresários e os políticos de plantão esperaram e prognosticaram como a salvação do oeste do Pará se realizou. A cidade está quase intransitável. Homicídios, assaltos, arrastões estão na ordem do dia. O povo está apreensivo e assustado", pontua.



CONT.



A difícil situação apontada por dom Erwin é ainda mais complicada quando se tenta traçar uma perspectiva de futuro do governo que se inicia. Isso, levando em consideração as posturas que a presidente Dilma Rousseff vem adotando nesse seu segundo mandato. Além de não citar questões que são velhas demandas de povos indígenas em seu discurso de posse, a presidente nomeia Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura. Sinais que, para dom Erwin, podem dizer muito do que pode vir pela frente. "Para Dilma, Belo Monte nunca foi assunto de pauta com movimentos populares ou a população diretamente impactada. (...) O governo continua a defender o latifúndio e os privilégios que tem concedido ao agronegócio contra os povos indígenas. (...) O rolo compressor continuará a passar por cima de todos nós aqui no Xingu e em breve por cima dos povos do Tapajós e de outros rios da Amazônia", prevê.

Dom Erwin Kräutler é bispo prelado de Xingu, PA, presidente do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Há mais de cinco anos o senhor alerta para os riscos e implicações sociais e ambientais da construção de Belo Monte. Como tem sido acompanhar esse processo, desde a elaboração do projeto até o início da construção da usina?

Dom Erwin Kräutler - Na realidade, essa luta contra o barramento do Rio Xingu já dura mais de 30 anos. Por algum tempo acreditávamos que o projeto fosse arquivado. Foi engano. Quando Lula assumiu o governo, em vez de definitivamente renunciar a essa monstruosidade, abraçou-o e secundando os pareceres eufóricos de sua ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, deu ênfase especial à execução da obra, incorporando-a ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

As implicações sociais e ambientais estavam programadas, especialmente a partir daquele dia fatídico em que o Governo entendeu que as condicionantes exigidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI não precisavam ser atendidas antes da instalação do canteiro de obras, mas poderiam ser cumpridas ao longo da execução do projeto. Com essa decisão, não foi instalado apenas o canteiro de obras, mas também o caos em Altamira. Durante a campanha eleitoral, a presidente Dilma veio visitar Belo Monte para gravar um vídeo. Seu avião pousou no aeroporto de Altamira. No entanto, ela não teve coragem de entrar na cidade para ver "in loco" o descalabro que nos assola.

IHU On-Line - Em que estágio se encontra a construção de Belo Monte?

Dom Erwin Kräutler - Volta e meia se noticia que a construção estaria atrasada por causa das várias manifestações contrárias ao projeto. Mas, tenho a impressão de que está bastante adiantada. Já são derrubadas as casas nos bairros que serão atingidos, e as famílias, transferidas para as novas moradias construídas em concreto. Sei, no entanto, que nem de longe haverá casas suficientes para abrigar todas as famílias.

CONT.



IHU On-Line - O senhor tem visitado várias comunidades da Prelazia do Xingu. Qual é o sentimento das pessoas em relação à construção de Belo Monte?

Dom Erwin Kräutler - A grande euforia que cinco anos atrás tomou conta da cidade de Altamira, a ponto de muitos carros e motos exibirem adesivos “queremos Belo Monte”, cedeu lugar a um surdo desânimo. Até agora, nada do que comerciantes, empresários e os políticos de plantão esperaram e prognosticaram como a salvação do oeste do Pará se realizou. A cidade está quase intransitável. Homicídios, assaltos, arrastões estão na ordem do dia. O povo está apreensivo e assustado.

Houve certo boom na construção civil devido à procura de aluguéis. Alguns ganharam somas exorbitantes cedendo quartos ou casas a preços exagerados. Mas essa onda passou quando a Norte Energia instalou a vila residencial bem próxima ao canteiro de obras. A vila possui infraestrutura completa, com escola, farmácia, supermercado, restaurantes, padaria, academia de ginástica, clube, biblioteca e áreas livres para recreação e lazer e ainda serviços de clínica geral, ginecologia, cardiologia, oftalmologia, pediatria, odontologia, pronto-atendimento, laboratório e salas de raios-X e ultrassonografia. Essas comodidades de primeiro mundo estão em manifesto contraste com as condições em que vivemos na cidade da Altamira.

Lula me assegurou, num dos encontros que tive com ele, que o governo havia aprendido a lição dos erros cometidos em outros empreendimentos e Belo Monte seria totalmente diferente. Mas, na realidade, mais uma vez se repete a já conhecida história da Usina Hidrelétrica Tucuruí, também no Estado do Pará (a 350 km ao sul de Belém), construída a partir de 1975 e inaugurada em novembro de 1984. Surgiu uma cidade-luxo em torno da obra, e a cidade de Tucuruí foi condenada à categoria de cidade-lixo. Nosso grande medo em Altamira é de que, na inauguração de Belo Monte, as prometidas melhorias em infraestrutura nem de longe estejam concluídas e, depois da festa, se desmonta o palanque e a população ficará entregue à própria sorte.

IHU On-Line - Que espécie de conflitos a construção de Belo Monte tem gerado entre as comunidades indígenas e entre indígenas e não indígenas? Como Belo Monte tem afetado e até mesmo rompido com a cosmologia indígena?

Dom Erwin Kräutler - Desde que decidiu construir Belo Monte, o governo se equivocou quanto aos impactos que os povos indígenas da Grande Volta do Xingu iriam sofrer. Propagou-se por todo o Brasil a informação de que nenhuma aldeia indígena seria inundada. E é verdade. De fato, a água do reservatório não vai submergir nenhuma aldeia. O contrário acontecerá: o rio que banha as aldeias vai sumir ou se tornará um córrego atrofiado com uma sequência de lagoas bem rasas. O peixe desaparecerá e sem água suficiente não haverá condições de sobrevivência nestes lugares. Os indígenas forçosamente serão desterrados para outros locais. Muitos já se transferiram para a cidade e perdem sua cultura, seus costumes e sua maneira própria de organizar-se em comunidade. Lamentavelmente, grande número sucumbe aos vícios dos brancos.

CONT.



IHU On-Line - O senhor leu a carta do Grupo de Emaús à presidente Dilma? Como vê as manifestações do grupo de teólogos acerca dos impactos dos megaprojetos, sem fazer referência direta às hidrelétricas?

Dom Erwin Kräutler - A carta entregue pelo Grupo Emaús à Presidente Dilma em audiência que ela concedeu a uma delegação dessa entidade no dia 26 de novembro de 2014 tem o título "O Brasil que queremos". Vejo na escolha do título certa analogia com o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20 (20 a 22 de junho de 2012) "O futuro que queremos". É um documento chocho e insosso, sem consequências palpáveis. Assim também a carta dos teólogos não faz nenhuma reivindicação pontualizada, nenhuma exigência concreta, nenhuma denúncia circunstanciada, fornecendo nomes e endereços. E destarte, logicamente também não fala das consequências perniciosas de Belo Monte e de muitos outros projetos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Não empresta sua voz — como se esperaria de teólogos — às famílias arrancadas de seus lares e suas terras e de tantos outros que foram atingidos por barragens ao longo das décadas passadas. Não reclama nada. Só pede uma "reavaliação".

Da mesma maneira, só fala genericamente da defesa dos direitos indígenas e quilombolas. Não emprega uma única vez a palavra "demarcação". Dilma impôs no ano de 2013 a paralisação dos procedimentos demarcatórios de terras indígenas. Assim, demonstrando claramente que as atenções de seu governo estão voltadas aos setores da economia e da política ligados ao latifúndio, ao agronegócio, às empreiteiras, mineradoras e empresas de energia hidráulica, que visam exclusivamente à exploração da natureza em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. O descumprimento dos parâmetros constitucionais da Carta Magna de 1988 que previu a demarcação de todas as áreas indígenas num prazo de cinco anos é o lúgubre pano de fundo de todos os conflitos sangrentos que causaram centenas de mortes de indígenas em todos os quadrantes do país. Por que os teólogos não aproveitaram a audiência para unir-se aos povos indígenas no grito uníssono de "Demarcação já!"?

Ao assumir o segundo mandato, a presidente da República chegou a propor um diálogo com a sociedade. A pergunta que me faço é se ela realmente está disposta a ouvir, a discutir, a receber críticas, a conversar, por exemplo, com os povos indígenas ou os atingidos por barragens. Em relação a Belo Monte, o seu predecessor na Presidência me falou, em 22 de julho de 2009, que o diálogo tem que continuar. Mas foi Lula mesmo que o abortou. Para Dilma, Belo Monte nunca foi assunto de pauta com movimentos populares ou a população diretamente impactada. Dilma se negou a qualquer diálogo sobre este tema. Pelo contrário, mandou recado a quem fizesse oposição à menina de seus olhos: Belo Monte é irreversível!

E como vimos há poucos dias, Dilma não se deixou impressionar nem um pouco pelas manifestações contrárias à nomeação de Kátia Abreu, implementadas por amplos setores da sociedade brasileira. Na entrevista que Kátia Abreu deu à Folha de São Paulo no dia 5 de janeiro, dia de sua posse como ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ficou bem claro qual é a posição do governo em relação aos povos indígenas. O governo continua a defender o latifúndio e os privilégios que tem concedido ao agronegócio contra os povos

CONT.



indígenas. Povos que, na opinião grotesca da ministra, “saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”. Não é um fato altamente indicativo que a presidente Dilma, nos dois discursos do dia de sua posse, não fez uma única referência sequer aos povos indígenas?!

IHU On-Line - Como o senhor avalia a reeleição da presidente Dilma e as declarações logo após as eleições, de que a hidrelétrica é uma das prioridades do governo?

Dom Erwin Kräutler - Eu não esperava outra coisa. Se durante o primeiro mandato e ao longo da campanha o discurso foi esse, como ela iria mudar depois de conferir os votos e se dar conta de sua reeleição? O rolo compressor continuará a passar por cima de todos nós aqui no Xingu e em breve por cima dos povos do Tapajós e de outros rios da Amazônia. As reivindicações da população não contam. Nem o Plano Básico Ambiental é cumprido. É alterado, sempre que assim convier ao governo.

IHU On-Line - Como compreender que pessoas ligadas às CEBs e à Igreja, hoje presentes no governo, defendem a construção de hidrelétricas, sem considerar os impactos às comunidades indígenas, às comunidades tradicionais e à própria população de Altamira, por exemplo?

Dom Erwin Kräutler - Respondo com um comentário de um padre gaúcho a respeito da carta de repúdio do Conselho Indigenista Missionário - Cimi à entrevista de Kátia Abreu. Partilho do mesmo sentimento do padre: “Sou padre diocesano há 50 anos (...). Desde meus últimos anos de Teologia e até hoje sempre me comprometi na defesa dos direitos dos mais pobres, entre os quais indígenas e sem terra. Conseguimos avançar pouco e agora o freio é escancarado com a prepotente Kátia Abreu. Engajei-me na construção do PT imaginando que o poder em mãos de lideranças, boa parte formada na visão da Teologia e Pastoral populares, constituiriam um ‘outro Brasil possível’, mas caíram no ralo comum. Nos traíram!”.

IHU On-Line - O senhor conhece Thais Santi, a nova procuradora do MP de Altamira? Quais são os desafios dela diante das dificuldades em torno de Belo Monte, considerando que já passaram outros procuradores por Altamira — a exemplo de Felício Pontes Jr. —, mas que pouco conseguiu avançar por conta da estrutura judiciária?

Dom Erwin Kräutler - Conheço, sim, a Thais Santi. Como também o Felício Pontes. A minha amizade com Felício já é de muitos anos. Sempre estive ligado a ele na defesa dos direitos dos povos do Xingu. E ainda de modo especial após o assassinato da Irmã Dorothy, que no próximo dia 12 de fevereiro completará dez anos.

A Thaís está em Altamira desde 2012. Muito a estimo e admiro a sua coragem. É uma verdadeira dádiva para Altamira. Posso dizê-lo em relação a seu profissionalismo e sua competência, à sua determinação na busca de solução para as mais diferentes questões que é solicitada a dirimir. Além disso, é de uma personalidade cativante. Sabe ouvir o povo simples. Faço votos de que não saia tão cedo de Altamira. É impressionante e esclarecedora a entrevista que Thaís deu a Eliane Brum: A anatomia de um etnocídio.

CONT.



Tive, aliás, a felicidade de conhecer várias jovens procuradoras que passaram por Altamira e lamentavelmente ficaram apenas pouco tempo. Lembro-me também com gratidão do procurador Marco Antônio, que voltou para o seu estado de origem, o Mato Grosso do Sul. Em conversas descontraídas descobri que todos sonharam com um Brasil diferente, um Brasil bem “legal” (no mais estrito sentido da palavra!) e queriam dar a sua contribuição, lutando pelos direitos e a dignidade dos povos do Xingu, indígenas, migrantes, ribeirinhos e habitantes das cidades e vilas ao longo deste rio majestoso e maravilhoso, condenado a morrer. Esbarraram quase sempre em estruturas judiciárias adversas que obedecem a outros interesses.

IHU On-Line – Nesse começo de 2015, que mensagem é possível transmitir àqueles que vivem as consequências de Belo Monte?

Dom Erwin Kräutler - Na passagem de ano escrevi uma meditação que quero deixar aqui como palavra final de nossa entrevista:

31 de dezembro, 24:00 horas:
É 1º de janeiro, 0,00 hora.
O ano velho e o novo se tocam.
O que passou, não volta mais.
O futuro está por vir.
O “agora” é agora!
Mas, enquanto falo “agora”,
Já se foi.
Tudo flui, voa, some, morre.
E acorda, floresce, revive, brilha de novo.
A noite se torna dia,
A luz dissipa a escuridão.
A vida vence a morte.
Nosso caminho nos leva
Até o último „agora“:
Quando vida e morte
São como 24 e 0:00 horas
E o tempo esvanece na eternidade.
Até lá, Cada momento é um presente,
Mas também um convite para amar.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Quilombolas do sertão pernambucano ganharão casas novas

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16.01.2015

Noventa e oito famílias quilombolas de Pernambuco trocarão as casas feitas de barro e madeira por novas moradias, de alvenaria. A iniciativa será promovida a partir de uma parceria entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Ministério da Integração Nacional, através do Projeto de Integração Nacional do Rio São Francisco. Nesta sexta-feira (16) o presidente da Funasa assina os contratos de construção das moradias, no Recife.

Moradores dos municípios de Cabrobró e Carnaubeira da Penha, no Sertão do São Francisco, e Mirandiba, no Sertão, serão beneficiados. A expectativa é que a entrega das novas moradias, prevista para 2016, contribua com as condições de saúde dessa população, sobretudo em relação aos números de incidência da doença de chagas na região. As obras vão custar R\$ 2.808,400,81.



Hora de debater o novo plano diretor
SÍTIO DIARINHO ONLINE.COM, 16.01.2015

Prefeito garante que o povão poderá dar pitaco na nova lei. Lideranças dos bairros apontam os principais problemas da cidade

O professor João Edson Fagundes, 46 anos, passou cinco anos projetando e construindo sua casa na rua Santos Dumont, num terreno cravado no centro de Navegantes. Entre o finalzinho do ano passado e o começo deste, concluiu o que seria a parte mais agradável da moradia: uma área de lazer, com churrasqueira ladeada com vidros para a parte traseira do quintal. Recentemente, foi informado de que terá como vizinho de fundos um grande galpão comercial. "Vão ser 25 metros de comprimento de um muro com mais de seis metros de altura. Foi pro espaço meu investimento de iluminação natural da área de lazer. Mal concluí a obra e vou ter que mudar tudo, mudar telhado, trocar os vidros, para conseguir mais luz e mais ventilação", reclama o professor.

Um problema isolado do professor João Edson? Que nada. "A cidade de Navegantes tá em pleno crescimento, passa por modificações e o plano Diretor, que é de 2007, tem que ser atualizado diante da nova realidade", admite o prefeito Roberto Carlos de Souza (PSDB), o Bob Carlos, referindo-se ao grande debate que a prefeitura começa a fomentar pra mudar a legislação que define, entre outras coisas, regras de ocupação do solo e zoneamento da cidade.

O processo pra grande discussão dos rumos de Navega iniciou em dezembro. A meta é que até junho deste ano a câmara de vereadores receba o projeto de lei que definirá as mudanças do plano Diretor, informa Leonardo Vianna, gerente de projetos da secretaria de Governo da prefeitura. Bob Carlos garante que o que vai tá no projeto será definido democraticamente pelo povão que participar dos debates. "Não quero dizer o que é que tem que modificar na lei. Essa tem que ser uma discussão com a comunidade. Não quero fazer qualquer direcionamento, queremos é um debate amplo, com a participação efetiva das pessoas", discursa o prefeito.

Se em outros assuntos Bob Carlos e o vereador peemedebista Fredolino Bento, o Lino, 48, vivem às turras, quando o tema é reformular o plano diretor de forma democrática eles têm o mesmo discurso. Lino participou de uma das primeiras reuniões do plano e tá com fé de que o jeito que tá sendo planejado vai garantir a participação popular. "É um processo correto, é o caminho certo", afiança o vereador da oposição.

O centro e o turismo da cidade

Ver o paredão de um galpão comercial crescer nos fundos de casa não é a única preocupação

CONT.



do professor João Edson com os debates do novo plano diretor denovo-dengo. Pra ele, a lista de problemas a serem corrigidos com a nova lei é grande. A começar pelo trânsito da cidade. “As nossas ruas não foram pensadas. Não temos uma rua com condições de fazer duas pistas de cada lado. Daqui a 10 anos não tem com o trânsito fluir em Navegantes”, alerta.

O centro de Navega sofre mais, segundo ele, por ser uma área de ocupação antiga, onde as casas foram construídas muito próximas à rua, prejudicando o alargamento das estradas. “Do ferry boat ao São Domingos, por exemplo, as casas são uma em cima da outra”, comenta. Isso, segundo ele, acaba provocando outro problema também no centro, a falta de mobilidade urbana e não apenas no tráfego de veículos motorizados, mas de pedestres e ciclistas.

Mestre em turismo, o professor também se preocupa com esse importante setor da economia que, na visão dele, não tá sendo devidamente aproveitado por falta de uma legislação que incentive a vinda de empreendimentos. Uma preocupação que também é do vereador Lino Bento. “Quem é que vem fazer investimento turístico, como a hotelaria, por exemplo, se a cidade não tem políticas de construção voltada para esse segmento? Precisamos ter zonas de interesse turístico que possam sair do papel”, sugere o vereador.

O crescimento da construção civil, em especial na orla da praia, onde os prédios já começam a fazer sombra no meio da tarde, tá na lista de João Edson como um tema a ser debatido.

Gravatá e Meia praia: problemas são o trânsito, as invasões e a falta d’água

Os bairros Meia Praia e Gravatá sofrem com três problemas muito parecidos: trânsito, ocupações irregulares e crise no abastecimento de água. O servidor da prefeitura de Itajaí, Francisco Eduardo Johannsen, o Chico, 30, que mora na Meia Praia há sete anos, conhece bem os dois. “É um bairro que tem dois lados. Um dos veranistas, que é o pessoal que mora da avenida José Juvenal Mafra pra praia, o outro a população que está se instalando, a ‘invasão’, que é um crescimento desordenado”, fala.

Chico participou de uma das primeiras reuniões do novo plano diretor e faz questão de dizer que quer ser um cidadão ativo no debate. É que saiu de Itajaí pra buscar mais qualidade de vida em Navega e agora tá encontrando um problema que vivia na city vizinha: o trânsito intenso de caminhões de contêineres. “Isso é um problema de mobilidade que precisa ser debatido no plano Diretor. Precisa restringir o tráfego de caminhões em ruas residenciais e criar uma área de estacionamento perto do porto”, opina.

Pra ele, ter política habitacional clara também ajuda a melhorar a cidade, pois controla o crescimento desordenado, como tem rolado nas ocupações da Meia Praia e do Gravatá. Uma opinião compartilhada tanto pelo vereador Lino Bento quanto pelo mestre em turismo João Edson Fagundes. “Os lotes residenciais mínimos permitidos aqui em Navegantes são de 400 metros quadrados. Quem é que pode comprar um terreno desse tamanho?”, questiona o vereador, que vai sugerir no novo plano diretor que a exigência mínima seja de 200 metros quadrados. “As áreas periféricas ocupadas por famílias de fora não têm qualquer planejamento

CONT.



urbano e tão se proliferando. Isso vai ter consequências em outras políticas públicas, como as sociais, por exemplo”, alerta o professor João Edson.

Ainda pra Chico, a falta de água tá ligada a uma definição em lei de políticas de abastecimento e de saneamento básico. “Nas áreas de invasão, por exemplo, os cavaletes não têm hidrômetro e aí não há controle do gasto de água”, comenta, sugerindo a criação de um sistema de reservatórios de água que poderia resolver o problema de abastecimento, principalmente para o Gravatá e a Meia Praia.

Como vão acontecer os debates

A partida já foi dada. Nos dias 8, 10 e 11 de dezembro do ano passado, a prefeitura organizou três reuniões pra explicar como pretende tocar o processo de debate com moradores, empresários e representantes de entidades. “Foram reuniões de sensibilização, para mostrar a importância do debate”, diz Leonardo Vianna, gerente de projetos da prefa. Os primeiros bairros ouvidos foram o centro, Machados e Gravatá. “Mas queremos dividir os temas não por regiões, mas sim por segmentos”, adianta Leonardo. Ou seja, o povão vai discutir os assuntos de forma mais genérica, como mobilidade urbana, atividades que serão permitidas em áreas específicas da cidade ou formas de ocupação e uso do solo.

Depois disso, a prefeitura montará um projeto de lei com base nas diretrizes dadas pelo povão, segundo Leonardo.

Pelo cronograma oficial, todos os debates deverão estar encerrados até maio. Em junho, o projeto de lei deve tá pintando na câmara. Daqui a duas semanas, promete o gerente de projetos da secretaria de Governo, o povão vai ficar sabendo como acontecerão as reuniões da próxima etapa.

Ainda em março, a intenção é fazer a convocação para a ‘Conferência da Cidade’, que vai eleger os delegados, representantes populares responsáveis por coletar as informações do povão e sistematiza-las antes de entregar pra prefeitura. Serão entre 80 e 90 delegados. Os poderes públicos, como prefeitura e câmara de Vereadores, terão 40% dos integrantes. Os outros 60% serão formados por representantes de associações de moradores, sindicatos de trabalhadores, entidades patronais e representantes de órgãos de classe (como arquitetos, engenheiros e advogados, por exemplo).

Antes de entregar o documento pra prefeitura, os delegados deverão apresentar o resultado pro povão através de audiências públicas. Inicialmente tão previstas três. Mas o número pode aumentar, caso haja necessidade de debate.

Todo mundo pode participar da conferência, das audiências e das reuniões. Daqui a duas semanas, revela Leonardo, a prefa começa uma campanha publicitária pra explicar pro povão como vai rolar todo o processo, como serão feitas as escolhas dos delegados e qual é o calendário das reuniões.

CONT.



Pontal e São Paulo sofrem com a falta de planejamento urbano

O bairro São Pedro é conhecido pelos nativos como Pontal. Vai dos molhes norte do rio Itajaí-açu até onde a rua 26 de julho se divide entre a João Emílio (a rua da prefeitura) e a Manoel Moreira Maia. O pontal é uma comunidade formada por **pescadores artesanais** e suas famílias. "É o típico bairro navegantino", conceitua Jassanan Ramos, o Monan, 41, que nasceu, se criou e ainda mora por lá.

Seriam cerca de quatro mil moradores no Pontal. Um número pequeno, se comparar com os cerca de 20 mil habitantes do famoso bairro São Paulo, considerado o mais violento e que nasceu de várias áreas ocupadas por famílias vindas de fora.

São duas regiões distantes, diferentes culturalmente entre si, mas com um problema idêntico: sofrem com a falta de planejamento urbano e de legislações que poderiam botar ordem na bagunça ou potencializar características da comunidade.

No Pontal, a carência de planejamento urbano fica bem clara. "Falta aproveitar esse potencial da cultura típica dos pescadores artesanais, que poderia chamar o turista", observa Monan. Segundo ele, a legislação tá acabando com a maior riqueza da comunidade, sua característica açoriana. "Outro dia vieram e fecharam as salgas de pequenos pescadores, desempregaram muita gente e perderam a oportunidade de montar aqui um atrativo pros turistas, que poderiam vir, conhecer nossa cultura, comprar peixe e camarões frescos", comenta.

O próprio Monan critica a ocupação desordenada da beira do rio. "Tem gente que ainda toma banho de bacia porque não tem saneamento em casa, mora na beira do rio. Por que não tem uma política pra dar moradia decente pra essas pessoas?", questiona, enquanto mostra o lixo acumulado na área de mangue, onde casebres de madeira se amontoam sobre palafitas. "A prefeitura deveria limpar isso aqui.

Pro nativo do Pontal, a nova lei deveria considerar a comunidade como 'zona turística' e investir nesse segmento. O medo de Monan e dos vizinhos é que aconteça justamente o contrário e o novo plano diretor abra facilidade para que a área seja desapropriada em favor do complexo portuário.

Há mais de 20 anos no bairro São Paulo, as preocupações do pastor evangélico Agostinho Siglescki, 55, com o novo plano diretor, são com a necessidade de que os debates sejam realmente feitos pelo povão. "Tem que fazer as reuniões no bairro, pra discutir os problemas de calçada e de lombadas na frente de igrejas e de comércios", diz, num exemplo prático de situações ligadas à mobilidade urbana.

O pastor também cobra a entrega das escrituras dos terrenos prometidas depois de um programa de regularização das terras na comunidade.



Comunidades indígenas recebem investimentos

SÍTIO MAXPRESS, 16.01.2015

As atividades educativas da área da Saúde desenvolvidas nas comunidades indígenas Karipuna, Karitiana e Cassupá ganharão um importante reforço. Na última segunda-feira (12/1) a Santo Antônio Energia entregou para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho livros, jogos, painéis, mobiliário, scanner, um barco e uma carreta para o transporte da embarcação.

Os materiais serão utilizados pelos profissionais da Secretaria de Saúde Indígena nas atividades socioeducativas sobre saúde bucal, planejamento familiar e nutrição. "Receber estes materiais representa um avanço nas ações da equipe do DSEI que é composta por enfermeiros, assistentes sociais, dentistas e médicos que atuam nessas comunidades onde vivem 640 indígenas", declarou o coordenador do Distrito Sanitário Indígena, Jaumir Marques.

Esta foi a segunda entrega de materiais para o DSEI. A primeira ocorreu em setembro do ano passado com o repasse de computadores, câmeras fotográficas, motores para barcos, mobiliário, entre outros equipamentos. Uma terceira entrega está prevista com o repasse de materiais odontológicos e de escritório.

As ações fazem parte do Termo de Cooperação Mútua assinado em 2014 pela Santo Antônio Energia e o DSEI. As ações pactuadas neste termo de cooperação integram o PBA - Componente Indígena, documento que estabelece ações de mitigação e compensação aos povos indígenas sob a influência indireta da hidrelétrica Santo Antônio.

Além da entrega dos materiais, o documento prevê ainda a reforma e ampliação da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Porto Velho. As obras estão em andamento com previsão de término para o primeiro semestre deste ano.

Mais informações

CDN – Comunicação Corporativa

Marisol Morão – (11) 3643-2789 – marisol.morao@cdn.com.br

Patrícia Pesce – (11) 3643-2773 – patricia.pesce@cdn.com.br

Dora Lopes – (11) 3643-2793 – dora.lopes@cdn.com.br



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Política para mulheres sem um centavo

SÍTIO O TEMPO, 16.01.2015

LUCAS PAVANELLI

Algumas das políticas públicas do Estado para as minorias também tiveram execução orçamentária bem abaixo do previsto. No caso das políticas para mulheres, nenhum centavo foi aplicado no combate ao tráfico de pessoas. O programa “Minas Mais Segura” previa destinar R\$ 450 mil ao enfrentamento a esse crime.

O governo de Minas destinou R\$ 10 mil para a regularização fundiária de áreas ocupadas por povos quilombolas e indígenas. O site de acompanhamento de políticas públicas da Assembleia mostra ainda que não houve emprego desse dinheiro.

As políticas voltadas para idosos tiveram, até outubro, 34% dos investimentos previstos. Dos R\$ 110 milhões que seriam investidos no ano passado, R\$ 38 milhões foram aplicados.

Teste de aulas por satélite nas aldeias começa por Guajará-Mirim

SÍTIO ARIQUEMES ONLINE, 16.01.2015

No entanto, afirmou que existe projeto da Seduc, aprovado no Conselho Estadual de Educação, para que as aulas sejam ministradas via satélite.



Foto: ilustração

Representantes de povos indígenas de Rondônia e assessores do governo estadual definiram em reunião nesta quinta-feira (15), no Palácio Presidente Vargas, uma parceria em busca de soluções para os problemas enfrentados nas aldeias.

Lideranças também apresentaram reivindicações para atendimento a curto, médio e longo prazos. Em resposta à solicitação do funcionamento do ensino de nível médio nas aldeias, a gerente de Educação da Seduc, Angélica Ayres, informou que há escassez de professores habilitados para atuar em escolas indígenas. No entanto, afirmou que existe projeto da Seduc, aprovado no Conselho Estadual de Educação, para que as aulas sejam ministradas via satélite.

De imediato, segundo ela, a Seduc vai adotar um conteúdo premiado em nível internacional, o chamado Ensino Médio com Mediação Tecnológica, que foi testado com sucesso em outros estados brasileiros.

CONT.



As aldeias receberão modernas antenas e demais equipamentos tecnológicos necessários. Terão ainda monitores especializados para fazer o acompanhamento do que for ensinado na transmissão. O teste deste sistema, conforme Angélica, será feito nos próximos dias em aldeias de Guajará-Mirim.

O secretário adjunto da Casa Civil, Vitorino Cherque, disse que o governador Confúcio Moura fortalecerá políticas voltadas aos povos indígenas. Por isso, segundo ele, o encontro, desta quinta-feira é importante para colher as reais necessidades das aldeias. O vice-governador, Daniel Pereira, listou as principais reivindicações dos líderes indígenas, frisando que todas as questões serão analisadas para criar uma agenda regular de atendimento dos pleitos.

Entre as principais solicitações estão melhorias de estradas, apoio para construção de moradias, parceria para desenvolvimento das atividades agrícolas sustentáveis, piscicultura, realização de congresso, fortalecimento da cultura indígena e participação de técnicos do governo na elaboração de projetos.

O governo também garantiu que enviará técnicos para o encontro sobre proteção de terras indígenas, que ocorre de 20 a 23 deste mês, em Cacoal.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Saiba mais sobre a tribo criadora da Rádio Tupinambá na Bahia

SÍTIO PORTAL EBC, 16.01.2015

Apresentação Beth Begonha

A Tribo Tupinambá vai criar uma emissora de rádio em Olivença (BA), para melhorar a comunicação com tecnologia, mas com a voz e o jeito dos integrantes, respeitando e valorizando a cultura, os saberes e as tradições.

O apoio é da Assessoria de Culturas Digitais da Secretaria de Cultura da Bahia, para ao projeto vai realizar produção de conteúdos informativos, educativos, culturais e de entretenimento, que serão transmitidos pelas ondas do rádio no território indígena.

Nesta entrevista, Jaborandy Tupinambá, articulador do Projeto, explica que a ideia é transformar a FM, em emissora itinerante, visitando as aldeias e colhendo informações do interesse geral do povo, além de histórias e memórias de seus habitantes.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Polícia prende traficante e fecha boca de fumo em bar na aldeia

SÍTIO CAPITAL NEWS, 16.01.2015

Rapaz de 19 anos foi preso por tráfico de drogas na Reserva Indígena de Dourados. Segundo a polícia, O.M, residente na Aldeia Jaguapiru, foi preso com 140 gramas de maconha. O flagrante aconteceu depois que agentes da Força Nacional receberam denúncias de que o rapaz vendia droga num bar na Jaguapiru.

Conforme a polícia, ele confessou o crime e contou que havia adquirido o entorpecente no Paraguai, para revender na Aldeia Jaguapiru. Ele foi autuado em flagrante acusado de tráfico e está preso à disposição da Justiça, na cadeia pública de Dourados.

Fonte: Taciane Peres - Capital News (www.capitalnews.com.br).



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

I Reunião do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola acontece em Brasília SÍTIO SEPPIR, 16.01.2015

Evento discutiu medidas que visam ampliar o acesso dos quilombolas às políticas públicas

A I Reunião Ordinária do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ) foi realizada ontem (15), em Brasília-DF. O evento, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), discutiu temas relacionados à ampliação dos índices socioeconômicos das comunidades quilombolas, por meio do acesso às políticas públicas.



Na ocasião, a ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes, ressaltou o caráter inclusivo das políticas de igualdade no país. "A questão racial é agregadora, ela não é exclusivista. Quando combatemos o racismo e promovemos políticas de promoção da igualdade racial, mesmo que o foco seja a população negra, o efeito abrange a sociedade brasileira como um todo. Desta forma, a democracia é ampliada", afirmou.

A titular da SEPPIR também deu destaque à importância das entidades civis nos diálogos, de forma a propor questões e monitorar os resultados das políticas implementadas.

Regulamentado pelo Decreto nº 6.261/2007, o Comitê visa a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

Participaram representantes da SEPPIR; Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Integração Nacional; Ministério dos Transportes; e Ministério das Cidades. Estiveram presentes, ainda, membros da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, além de demais integrantes da sociedade civil e órgãos convidados.

Combate à miséria

Segundo a Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Silvany Euclênio, devem ser feitos todos os esforços para que as políticas públicas cheguem às comunidades quilombolas. "A utilização de Identificador Único e programas governamentais como o Brasil Sem Miséria são exemplos de busca pela efetividade das ações", acrescentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Na reunião, foram abordadas, ainda, parcerias realizadas com o Tribunal de Contas da União e a construção do Plano Plurianual 2016 – 2019, além da aprovação do calendário das Reuniões Ordinárias do CGASQ em 2015.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Governo de SP cria cota para negros, pardos e indígenas em concursos públicos
SÍTIO BRASIL POST, 16.01.2015

Brasil Post
De Luiza Belloni



O objetivo é reduzir a desigualdade racial nas esferas de administração pública estadual | Thinkstock

O governador de São Paulo Geraldo Alckmin sancionou nesta quinta-feira (15) a lei que prevê acréscimo na pontuação para negros, pardos e indígenas em concursos públicos realizados no estado.

O objetivo, segundo nota do governo, é reduzir a desigualdade racial nas esferas de administração pública estadual. "Esta pontuação acrescida ajuda, melhora as oportunidades de acesso", declarou o governador.

Estudos realizados pelo governo do estado apontaram que há uma baixa representatividade de negros e indígenas quadros do serviço público paulista.

Os candidatos que se enquadrarem na lei participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas e a avaliação de desempenho.

O sistema consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos percentuais

CONT.



na pontuação final dos candidatos beneficiários, em cada fase do concurso público. A composição dos fatores de equiparação será editado no prazo de 90 dias.

Em junho do ano passado, entrou em vigor a lei federal que reserva 20% das vagas nos concursos públicos da União para candidatos negros.

A reserva de vagas vale para concursos destinados à administração pública federal, a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, como Petrobras, Correios, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Serranos participam do VIII Festival em Atibaia

SÍTIO O SERRANO, 16.01.2015

O Grupo de Catireiros Serranos esteve presente no VIII Festival da Cultura Paulista Tradicional - Entre Serras e Águas - 2015, que ocorreu de 07 a 11 de janeiro de 2015 no Parque Dr. Edmundo Zanoni, em Atibaia/SP.



O Grupo de Catireiros Serranos esteve presente no VIII Festival da Cultura Paulista Tradicional - Entre Serras e Águas - 2015, que ocorreu de 07 a 11 de janeiro de 2015 no Parque Dr. Edmundo Zanoni, em Atibaia/SP.

Serra Negra esteve presente com o Grupo de Catireiros Serranos no dia 09, a Associação Folclórica e Cultural Cantos da Serra (Orquestra de Viola) no dia 10 e a Congada de São Benedito no encontro de Congos e Moçambiques no dia 11.

O Evento é uma Realização do Governo do Estado de São Paulo e da Abaçaí Cultura e Arte. Contemplaram na programação as manifestações das comunidades tradicionais, culinária, artesanato, danças, folguedos e música, apresentando a identidade cultural do Estado de São Paulo.

Cerca de 300 grupos de cultura tradicional, como batuques, folias, jongos, congos, grupos folclóricos de comunidades de imigrantes, cururus, comunidades indígenas, trança fitas, bandas e fanfarras, irmandade religiosas quilombolas, violeiros e orquestras de violas, ciganos, fandangos, além da rica culinária paulista e também seu rico artesanato, em mais de 180 estandes.



Boletim de Notícias - Edição nº 8/ 2015

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

Negros, pardos e índios terão pontuação a mais
SÍTIO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 16.01.2015

Fonte: OESP, Metrópole, p. A19

Felipe Resk e José Roberto Castro - O Estado de S. Paulo

SÃO PAULO - O governador Geraldo Alckmin (PSDB) sancionou na manhã desta quinta-feira, 15, o Projeto de Lei que institui o sistema de pontuação diferenciada para negros, pardos e indígenas em concursos do governo do Estado. Alckmin disse esperar que a lei seja regulamentada em 90 dias.

Com a nova regra, os candidatos que se adequarem terão acréscimos percentuais na pontuação final, em cada fase do concurso público. O conteúdo das provas e avaliação de desempenho permanecerão iguais para todos os candidatos.

A decisão tem como objetivo aumentar a representatividade desses segmentos no serviço público paulista, com base em estudos realizados pela Secretaria de Gestão Pública. Estudos realizados pela Secretaria de Gestão Pública mostram baixa participação de negros, pardos e indígenas no serviço público paulista

"Visa à promoção da igualdade de oportunidades e à democratização no mercado de trabalho para a população negra, parda e indígena", afirma o governo estadual, em nota. Segundo o texto, a composição dos "fatores de equiparação" será editada em 90 dias.

OESP, 16/01/2015, Metrópole, p. A19



Evangélicos e ruralistas aderem a Cunha

SÍTIO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 16.01.2015

Peemedebista tem viajado pelo País com políticos ligados a igrejas e agora também recebe apoio de deputados vinculados ao agronegócio

Fonte: OESP, Política, p. A8
Daniel Carvalho

Duas das mais polêmicas e combativas bancadas da Câmara aderiram à candidatura de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) à presidência da Casa. Com cerca de 90 deputados na próxima legislatura, os evangélicos estão em campanha pelo peemedebista, e os ruralistas divulgaram nota de apoio. Para os dois grupos, Cunha se comprometeu a acolher demandas, como a rejeição a qualquer tentativa de liberalização do aborto e de criminalização da homofobia; e a possibilidade de que o Congresso tenha poder de demarcar terras indígenas.

Os evangélicos são os mais entusiasmados com Cunha. Pastores têm viajado com o deputado para angariar votos da bancada evangélica. "Cunha representa a possibilidade de termos uma Câmara independente, onde serão colocados na pauta assuntos de interesse do Brasil, e não somente do governo e do partido do governo", disse o Pastor Everaldo, presidente nacional do PSC e candidato derrotado a presidente da República. Ele é amigo de Cunha e um dos que o acompanham nas viagens.

Segundo integrantes da bancada evangélica, a tendência é de que até 90% da bancada vote no candidato do PMDB. Os restantes são ligados a PT, PSB ou ao deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), ex-aliado e hoje desafeto de Cunha.

Evangélico, Cunha é simpático à pauta do seguimento, que inclui temas como oposição ao aborto e à criminalização da homofobia, além da aprovação dos estatutos da família e do nascituro, que assegura o direito à vida ao bebê em gestação.

O peemedebista disse ter prometido à bancada "deixar que aconteça tudo o que tem que acontecer" para a pauta do seguimento ser apreciada. "A bancada evangélica naturalmente tem muito mais afinidade comigo pelo fato de eu fazer parte dela, de eu defender a vida e a família. Sabem que sou contra o aborto. Defesa da vida e da família, essa é a minha posição", disse Cunha, que em 2010 apresentou projeto de lei para criminalizar a "discriminação contra heterossexuais".

Nesta semana, quem entrou em campo pedindo votos para Cunha foi o pastor Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Ele disse que resolveu se manifestar após o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), defensor das causas LGBT na Câmara, dizer em entrevista

CONT.



ao jornal carioca O Dia, no domingo, que "não tem santo que me faça votar em Eduardo Cunha". "Como eu tenho posições radicais contra o que ele (Wyllys) tem de ideologia, onde ele se manifesta ideologicamente com força, eu me manifesto ao contrário", disse Malafaia. O pastor calcula ter ajudado a eleger cerca de 20 deputados, mas acredita que sua influência na bancada vai além.

Malafaia designou o deputado recém-eleito Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) para acompanhar Cunha e fazer a ponte entre o candidato e aqueles que integrarão a bancada evangélica a partir de fevereiro. Pastor da Assembleia de Deus, Cavalcante foi diretor de eventos da Vitória em Cristo.

'Combativo'. Já os ruralistas divulgaram nota em que recomendam o voto em Cunha. "Dirigimo-nos a todos os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para fazer o seguinte pedido: votar no combativo líder deputado Eduardo Cunha, nosso candidato à Presidência da Câmara Federal", diz o texto, que conta com 166 deputados. Na sequência, o documento diz: "Estamos confiantes de que, eleito, Eduardo Cunha reconhecerá o nosso peso e abraçará as nossas causas. Por isso mesmo é que estamos recomendando nele votar".

Cunha disse ao Estado que as pautas dos ruralistas serão analisadas, caso seja eleito. Como exemplo, disse que recriará a comissão que discute as regras de demarcação de terras indígenas.

Delgado prevê votação 'suficiente' para ir ao 2o turno

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) rechaçou ontem a possibilidade de desistir da candidatura à presidência da Câmara. Apoiado pelo PSDB, ele calcula que o número de dissidentes será "inexpressivo" no bloco que já declarou apoio à sua candidatura. "Terei (voto) suficiente para ir para o 2o turno", afirmou.

Delgado disputará em 1o de fevereiro o posto contra Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), considerado favorito. O parlamentar tem apoio formal do PSB, PSDB, PPS e PV juntos, os partidos somam 106 deputados na nova legislatura.

Deputados tucanos negam o desembarque da candidatura do PSB. "Esse sentimento (de derrotar o PT) continua existindo, mas vamos tentar ganhar com Júlio Delgado", afirmou o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). / Daiene Cardoso.

OESP, 16/01/2015, Política, p. A8